



| | |
|-------------------|---|
| Evento | Salão UFRGS 2013: IX SALÃO DE ENSINO |
| Ano | 2013 |
| Local | Porto Alegre - RS |
| Título | Planejamento Participativo: qualificando o Programa de Educação Patrimonial APERS/UFRGS em parceria com a comunidade. |
| Autores | ANDREIA SURIS ALEXANDRE DA SILVA AVILA EDUARDO CRISTIANO HASS DA SILVA |
| Orientador | CARLA SIMONE RODEGHERO |

O Programa de Educação Patrimonial do APERS foi desenvolvido a partir de um longo processo de contato e troca de conhecimentos e experiências entre educadores e estudantes da Educação Básica, do Ensino Superior, funcionários e gestores do Arquivo Público. Em 2001 foi construída uma primeira oficina para estudantes do Ensino Fundamental, através do projeto “Por dentro do Arquivo”, realizada apenas no ano de 2002. Esta atividade foi uma importante experiência para reconhecer o grande potencial do APERS enquanto espaço de educação e cultura. No final do ano de 2008, nasceu a parceria entre o APERS e a UFRGS. A direção do Arquivo foi procurada pela Universidade no intuito de criar campo de estágio para estudantes de graduação em História matriculados na então recente disciplina de Estágio em Educação Patrimonial.

A ideia foi abraçada e a partir de esforços conjuntos entre professores voluntários e funcionários do Arquivo, passou-se a elaborar a oficina *Os Tesouros da Família Arquivo*, que foi criada entre dezembro de 2008 e março de 2009. Esta oficina foi pensada com foco nas turmas de 5º e 6º séries do Ensino Fundamental, atuais 6º e 7º ano, cujo tema central trata da escravidão no Brasil e a importância do legado da cultura afro-brasileira. O projeto foi transformado em ação de extensão universitária junto ao Departamento de História da UFRGS, e a parceria foi consolidada em 2010 através da assinatura de convênio entre as instituições, trazendo, além de aporte teórico e qualificação às ações desenvolvidas, a possibilidade de captação de recursos via universidade, sendo que em diferente momento já fomos contemplados com recursos de editais públicos, viabilizando o oferecimento de transporte gratuito às turmas, além da contratação de bolsistas e outros subsídios necessários.

O bom andamento do projeto em 2009 e a reflexão a respeito da prática abriu espaço para que fosse idealizada e elaborada uma nova oficina, *Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia*, elaborada entre dezembro de 2009 e março de 2010. Após quatro anos de atuação, iniciada a partir da construção e oferecimento de uma oficina de Educação Patrimonial, atualmente as ações constituem-se enquanto um Programa, devido ao desdobramento desta oficina em outras ações, tais como o oferecimento de cursos de formação continuada para professores, capacitação de graduandos em licenciatura em história e áreas afins para que atuem como oficinairos, além da realização das oficinas de Educação Patrimonial.

O Programa de Educação Patrimonial do APERS chegou ao ano de 2013 com o objetivo central de expandir suas ações para alcançar as turmas do Ensino Médio. Com o intuito de ampliar o público atendido pelo programa, e pela procura de uma atividade voltada a este nível de ensino por parte dos educadores, foi determinada a criação de uma nova oficina. Levando em consideração que estas séries exigem tratamentos distintos em função da idade, dos interesses e do desenvolvimento cognitivo dos educandos ao longo desta etapa de ensino, começou-se a refletir a respeito do melhor tema a ser abordado. Incitados pelos debates que vem sendo travados no país em torno de nossa tardia Justiça de Transição, da memória, da história e da verdade relativas ao período da Ditadura Civil Militar brasileira, e também tendo como base no acervo produzido pela Comissão Especial de Indenização aos ex-presos políticos, salvaguardado pelo APERS, optamos por elaborar a oficina em torno do tema Ditadura e Direitos Humanos com a intenção de contribuir para ampliar as discussões a respeito das marcas deixadas por esse Regime Militar em nossa democracia recente.

A partir da opção por trabalhar com uma temática tão complexa, e observando que em 2011 e 2012 não fomos contemplados com recursos do edital Proext Cultura recebendo crítica em um dos pareceres com relação à pouca participação da comunidade na elaboração das atividades desenvolvidas pelo Programa, percebemos a necessidade de ampliar os espaços colaborativos. Chegamos a conclusão de seria necessário não apenas apresentar propostas, oficinas e cursos à comunidade, mas viabilizar espaços de construções conjuntas dessas ações. Assim, no final de 2012 é criado o Planejamento Participativo.

A partir de março de 2013 passamos a elaboração da nova oficina. Convidamos diversos setores da sociedade para reuniões quinzenais, onde foram discutidos métodos, etapas, materiais e conceitos para a nova oficina. Apesar da dificuldade encontrada pela equipe em relação a adesão de participantes para a construção do Programa, as reuniões contaram com a participação de membros orgânicos da equipe de Educação Patrimonial do APERS e da UFRGS, assim como com membros do Movimento Nacional de Direitos Humanos/Comitê contra Tortura, Colégio de Aplicação, Escola Santa Luzia, Escola Costa e Silva, pós-graduandos da UFRGS, Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS), representante da SJDH, estagiários de outros projetos do APERS e do estágio de Bacharelado em História/UFRGS.

Foram realizadas, até o momento, quatro reuniões. A primeira etapa foi a escolha de processos administrativos que serão trabalhados, tarefa desenvolvida em parceria com a equipe de descrição que está elaborando o catálogo seletivo desse acervo. Durante a leitura de cada processo, tal equipe destacou aqueles que poderiam ser interessantes à atividade. Paralelamente a escolha dos processos foi-se desenhando a metodologia de trabalho durante a oficina com as turmas, e preparando-se os materiais de apoio que auxiliarão na compreensão do contexto histórico e da história de vida dos personagens. As reuniões participativas possibilitaram o aprofundamento a rede de relações entre o APERS e as escolas da rede pública, universidades e instituições relacionadas ao debate de direitos humanos. Além de parcerias para a confecção de materiais, folders, para a divulgação do programa que no ano de 2013 não conta com nenhum financiamento. Também foi realizada a terceira edição do curso de formação para professores com a temática de ditadura e direitos humanos. Além disso, já temos grande parte da metodologia da oficina concluída.